

Em 82 balança comercial não terá déficit

Superávit atingirá 3 bilhões de dólares. O PIB também voltará a crescer

O déficit crônico da balança comercial brasileira deu lugar a um superávit de US\$ 1,2 bilhão em 1981 e, até dezembro, poderá resultar num segundo resultado positivo estimado até agora em US\$ 3 bilhões, com as exportações ficando em torno de US\$ 26 bilhões e as importações crescendo apenas US\$ 700 milhões e fechando em US\$ 23 bilhões.

O Produto Interno Bruto, que caiu 3,5% no ano passado, para permitir o controle da inflação interna conjugado com menores importações e substituição de fontes energéticas, deverá voltar a apresentar crescimento este ano, podendo ficar entre 3,5% e 5%, de

acordo com as hipóteses mais otimistas surgidas até agora dentro e fora do país, enquanto a atividade econômica de forma geral recuperará o terreno perdido.

A inflação caiu de 110,2 em 1980 para algo entre 80% e 90% até o final de dezembro - ou, na hipótese básica do Conselho Monetário Nacional, para a faixa de 75-80% em termos de doze meses, permitindo assim mais estabilidade nas empresas e recuperação nos índices de desemprego.

Na base desta recuperação - ou "relançamento" - da economia brasileira e do aumento nas margens de lucros das empresas estará a estratégia de política mone-



Ministro Delfim Netto

tária adotada pelo Conselho Monetário Nacional, dentro da preocupação de substituir o aperfeiçoamento de 1981 por novas condições de maior liquidez, controlada este ano, nas mesmas linhas "gradualistas" da política

econômica adotada Administração João Figueiredo.

Até agora, basicamente, o País esteve gastando esforços para se adaptar às novas condições adversas impostas pela situação internacional - principalmente pelos três sucessivos "choques do petróleo" ocorridos desde 1973, com os preços do barril passando a US\$ 34 dólares. A partir do governo Geisel, com a criação do Proálcool, também foi redefinida uma estratégia que permitisse a médio e longo prazos a obtenção de maior grau de auto-suficiência da economia brasileira.

Apesar do agravamento das crises internacionais nos

planos político, econômico e militar, os primeiros resul-

tados do esforço pela substituição de importações já estão se fazendo sentir - embora o país esteja sofrendo duramente as consequências também das altas taxas de juros no exterior, em parte mantidas pela política monetária da Administração Reagan, nos Estados Unidos, bem como pela deterioração da situação econômica dos países industrializados.

Além disso, as crises mundiais - como a do Atlântico Sul no princípio de abril - determinam novas condições de confiança por parte da comunidade financeira internacional, de forma a permitir que seja feita com certa tranquilidade a captação de empréstimos em moeda externa, que dos US\$ 15,9 bilhões do ano

passado passarão para algo entre US\$ 13,6 bilhões e US\$ 15 bilhões, este ano.

Para meados de 1982, as autoridades econômicas contam com a recuperação mais acentuada nos níveis de desempenho da indústria e do comércio, além de maiores índices de expansão da agricultura e menores taxas de desemprego nas regiões metropolitanas do país. Este "relançamento" da economia, com maior liberdade do sistema econômico, deverá ocorrer sem risco para a política monetária de manutenção da tendência de queda da inflação e reequilíbrio do balanço de pagamento.

passado passarão para algo entre US\$ 13,6 bilhões e US\$ 15 bilhões, este ano.

Para meados de 1982, as autoridades econômicas contam com a recuperação mais acentuada nos níveis de desempenho da indústria e do comércio, além de maiores índices de expansão da agricultura e menores taxas de desemprego nas regiões metropolitanas do país. Este "relançamento" da economia, com maior liberdade do sistema econômico, deverá ocorrer sem risco para a política monetária de manutenção da tendência de queda da inflação e reequilíbrio do balanço de pagamento.

Inflação não deverá ser superior a 85%

O Produto Interno Bruto crescerá este ano entre 3% e 5%, contra queda de 3,5% em 1981, com a taxa de desemprego diminuindo nas regiões metropolitanas e a balança comercial apresentando superávit de US\$ 3 bilhões, enquanto a inflação cairá para algo entre 75% e 85%, e o superávit do Tesouro Nacional passará de Cr\$ 3 bilhões a Cr\$ 200 bilhões.

Estas são as estimativas governamentais, com pouca variação, caso o orçamento monetário seja executado ao longo de todo o ano sem desvios nas aplicações - e de acordo com a estratégia que o presidente do Banco Central, Carlos Langan, classifica de "gradualista": manter a tendência de queda nos índices da inflação interna, ao mesmo tempo que se reequilibra as contas externas, sem aper-tar demais a liquidez.

RESTRICÃO

A intenção das autoridades é permitir que a política monetária seja mantida com sua característica "restrictiva", mas não ao ponto de inviabilizar a estratégia do ministro do Planejamento, Delfim Netto, de estabelecer no primeiro semestre as condições propícias a uma retomada do crescimento das atividades produtivas: após um período recessivo, que se fazia necessário para dobrar a tendência da inflação e substituir por superávits os déficits da balança comercial, a economia deverá voltar a crescer ao longo dos próximos meses.

Para que este "relançamento da economia" seja viabilizado, as autoridades econômicas procuram hoje fórmulas capazes de fomentar a atividade das empresas sem, contudo, colocar em risco a política monetária: a ideia é afrouxar os controles sobre a expansão do crédito, por exemplo, não entra em cogitação, como também não se pretende voltar ao tabelamento de juros e ao controle de preços.

Para compensar a escassez de crédito interno e o rígido controle exercido sobre os investimentos públicos, as autoridades econômicas acenam com a captação de recursos externos - que ficará este ano entre US\$ 13,6 bilhões e US\$ 14,5 bilhões, contra US\$ 15,9 bilhões em 1981 - e com um crescimento do crédito interno global bem mais generoso do que os 60% de expansão fixados para os empréstimos do Banco do Brasil, ou mesmo do que os 50-70% admitidos para a parcela do crédito do sistema financeiro privado sob controle.

Entre estes, por exemplo, a decisão governamental de lançar o Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação (Profir) resultará no estímulo imediato às indústrias intermediárias que produzem os equipamentos agrícolas, bem como à revitalização dos negócios agropecuários na região do cerrado (cerca de 900 municípios serão beneficiados) e, ainda, no consequente aumento da produção de trigo e outras culturas.

Com a aceleração de obras públicas de valor unitário baixo, no interior do país, o governo pretende também revitalizar fornecedores e contribuir para maior índice de emprego em áreas sensíveis como a construção civil. Mas o principal trunfo com que contam as autoridades econômicas, para o relançamento efetivo da economia como um todo, ainda é a queda nos índices da inflação: com menor inflação, as empresas terão um terreno mais estável e seguro para aumentar investimentos, contratar mão-de-obra e elevar a produção sem repassar tantos custos para os preços finais ao consumidor.

Enquanto aguarda reações "naturais" do mercado, que deverá por si buscar uma acomodação dos juros internos em patamares mais próximos à inflação de 90% em que se vive no momento, o governo abre o debate em torno dos lucros das instituições financeiras: alguns bancos registraram até 500% de expansão líquida no ano passado, em consequência de fatores como os juros externos e a manutenção de elevados spreads no repasse de crédito, enquanto o setor produtivo da economia continua contido devido aos juros pagos no mercado interno.

JUROS

Para especialistas da área econômica governamental, a fórmula proposta pelos ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ermâne Galvães, da Fazenda, pode funcionar até mesmo antes de entrar em vigor a alteração pretendida: permitindo maior dedução no Imposto de Renda da parcela de gastos com encargos financeiros das empresas, de um lado, e de outro aumentando a taxação sobre os lucros excedentes dos bancos, o Estado estaria apenas promovendo uma transferência de rendas entre segmentos da sociedade. Na realidade, estaria também estimulando mais investimentos em atividades produtivas, resolvendo assim o atual problema da drenagem de recursos para aplicações financeiras, onde as taxas de rendimento superaram a maior parte dos índices de retorno em empreendimentos industriais, agropecuários, comerciais e de serviços não-financeiros.

Como as alterações na legislação fiscal não podem ser feitas às pressas, mesmo porque o governo já decidiu também pela necessidade de rever o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e isso aconselha a uma ação coordenada com o Imposto de Renda e outros tributos, o "relançamento" da economia pretendido para meados deste ano deverá se dar através de outros estímulos.

Entre estes, por exemplo, a decisão governamental de lançar o Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação (Profir) resultará no estímulo imediato às indústrias intermediárias que produzem os equipamentos agrícolas, bem como à revitalização dos negócios agropecuários na região do cerrado (cerca de 900 municípios serão beneficiados) e, ainda, no consequente aumento da produção de trigo e outras culturas.

Como não ocorreu nos primeiros meses do ano nem uma tendência marcante de queda nas taxas internacionais de juros e no plano interno, o orçamento exige que se mantenha o atual Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) como "diferencial indutor" da tomada de empréstimos em moeda estrangeira, as autoridades se viram colocadas diante do problema das altas taxas domésticas de juros: com o elevado custo do dinheiro, as empresas não poderão, certamente, aumentar seus investimentos e, pior, continuarão repassando a inflação os custos de encargos financeiros.